

DESDE 1988
AO LADO DOS
TRABALHADORES

Eleições na Celos:
a importância de
participar do processo
Página 2



Intercel segue visitas
à Alesc em defesa da
Celesc Pública
Página 2



CELESC

Intercel e direção da Celesc assinam Acordo de PLR 2025

NA MESMA REUNIÃO, OS SINDICATOS ENTREGARAM À DIRETORIA A PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2025/2026, UNIFICADA NA ASSEMBLEIA ESTADUAL

Na quarta-feira, 13 de agosto, sindicatos da Intercel e direção da Celesc se reuniram para a assinatura do Acordo de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) 2025 e para a entrega da Pauta de Reivindicações do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2025/2026. A reunião ocorreu em clima de cordialidade entre as partes.

A Intercel aproveitou para, mais uma vez, **solicitar à direção da empresa que a negociação do Acordo de PLR para o próximo ano seja antecipada para o fim desse ano** e que não seja postergada para o segundo semestre, como ocorreu em 2024 e em 2025.

Na sequência, os sindicatos fizeram a entrega da Pauta de Reivindicações da categoria, aprovada na Assembleia Estadual de 02 de agosto em Concórdia. A Coordenação da Intercel explicou que, "além da manutenção de direitos consolidados, existem algumas propostas de cláusulas novas, fruto dos anseios da categoria", e que, assim como foi a negociação do Acordo de PLR, espera "que a negociação do ACT também seja realizada baseada no respeito aos direitos conquistados ao longo de anos pelos trabalhadores".

A Intercel também solicitou que seja agendada para os próximos dias uma reunião de construção da agenda de negociação e que a primeira rodada ocorra ainda no mês de agosto. Os sindicatos lembraram que há algumas cláusulas que são consideradas pelos trabalhadores como **bandeiras de luta na negociação**, como o restabelecimento do poder de compra e um reajuste com ganho real, a garantia de emprego e a manutenção da Celesc Pública, além da retomada do anuênio a todos os empregados e a recomposição do quadro de dirigentes sindicais. Por fim, os sindicatos pediram que a Celesc "analise os pedidos com muita responsabilidade" e lembraram que "o objetivo da categoria não é inviabilizar a Celesc".

Da parte da empresa, a diretoria concordou que o processo negocial seja realizado de forma respeitosa. O presidente, Tarcísio Rosa, explicou que tem preocupação com o futuro financeiro da companhia e que "é necessário fechar a conta". Tarcísio também falou da contratação de empregados novos e da aquisição de veículos pela Celesc nos últimos meses e delegou ao novo Diretor de Gestão Corporativa, Moisés Diermann, a construção de uma agenda de negociação em conjunto com os sindicatos.

Intercel e direção da Celesc ainda debateram sobre questões de segurança no ambiente corporativo. Ambas as partes concordaram que nenhuma atividade deverá ser realizada sem que haja segurança plena: "não há nenhuma emergência que seja necessária passar por cima da segurança dos empregados", afirmou o presidente.

No começo dessa semana, a Celesc enviou uma proposição de agenda aos sindicatos indicando o início do processo negocial em 28 de agosto, com uma reunião de abertura. Até o fechamento dessa edição, os sindicatos estavam buscando contato com a empresa para tentar antecipar o início efetivo das negociações.

A Intercel conta com a participação dos trabalhadores na luta por um Acordo Coletivo de Trabalho justo, que reconheça o esforço da categoria na construção de uma Celesc não só eficiente, mas também Pública!



Intercel segue dialogando com parlamentares em defesa da Celesc

Sindicatos alertam deputados sobre proposta de reestruturação das diretorias da Celesc, que pode representar ameaça à Celesc Pública



Os sindicatos da Intercel continuam nessa semana a percorrida nos gabinetes de deputadas e deputados na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc). Na semana passada (11 a 15 de agosto), doze dos quarenta gabinetes foram visitados.

Os diálogos têm abordado a preocupação da categoria com a proposta de reestruturação da Celesc - **proposta essa confirmada pela diretoria da empresa, conforme matéria na página ao lado**, e em carta-resposta ao Conselheiro eleito pelos trabalhadores. Se aprovada, a nova estrutura poderá facilitar a terceirização

e consequente **precarização** de diversas atividades na empresa. Na visão da Intercel, o projeto visa, mais adiante, preparar uma possível privatização da Celesc.

De acordo com o Coordenador da Intercel, Ailton Communello, “os diálogos seguem em um bom nível. Temos alertado os deputados sobre a proposta e temos aproveitado para dialogar sobre outros temas e preocupações de parlamentares acerca da Celesc. Temos novos encontros agendados nessa semana e pretendemos visitar todos os gabinetes até o fim de setembro”.

Participantes elegerão novos representantes no Conselho Deliberativo da Celos

Iniciou segunda-feira, dia 18, a campanha para uma vaga no Conselho Deliberativo da Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos. A eleição ocorrerá em 24 de setembro e permitirá que participantes ativos e assistidos escolham um representante que se soma a dois outros Conselheiros já eleitos, uma vez que o Conselho Deliberativo tem composição paritária: a Diretoria da Celesc indica 3 membros, enquanto os participantes elegem outros 3.

Por isso a eleição é tão importante. Dentro do Conselho Deliberativo há paridade de forças, que impactam diretamente na gestão da fundação e na segurança de manutenção dos direitos dos participantes, como o Plano de Saúde e o Plano Previdenciário. Enquanto metade do Conselho Deliberativo é

indicado para defender os interesses da Celesc, como reduzir custos e cortar direitos, os participantes podem “empatar” a discussão, **elegendo representantes compromissados com a luta coletiva dos celesquianos**.

A eleição tem papel direto na luta em defesa da Celesc Pública, uma vez que a Celos é acionista da Celesc e tem uma vaga no Conselho de Administração da empresa. A manutenção desta estrutura é fundamental e, por isso, os participantes devem avaliar com muito cuidado propostas que prometem mudanças estatutárias, por exemplo, porque nelas podem se esconder as tentativas de privatização da Celesc.

Nesta eleição concorrem duas chapas, que percorrerão os locais de trabalho para apresentarem suas propostas e

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis e Região - SINERGIA, com sede na Rua Lacerda Coutinho, 149, Centro, Florianópolis/SC- CEP: 88015-030, no exercício de suas atribuições estatutárias, vêm convocar a categoria dos trabalhadores na indústria de energia elétrica, quais sejam, os empregados da - CELESC Distribuição S/A, CGT ELETRO-SUL - Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil S/A, ENGIE Brasil Energia S/A, CEREJ - Cooperativa de Prestação de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Júnior, São Sebastião Energia S/A, AXS Energia, CSC Energia, STATKRAFT Energias Renováveis S/A e FOZ DO CHAPECÓ Energia S/A, com sua base territorial compreendida pelos municípios de Florianópolis, Biguaçu, Tijucas, São José, Palhoça, São João Batista, Nova Trento, Governador Celso Ramos, Angelina, Canelinha, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, Alfredo Wagner, Antônio Carlos, Major Gercino, Rancho Queimado e São Pedro de Alcântara, para Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 25/8/2025 (segunda-feira), no auditório do SINERGIA, sito à rua Lacerda Coutinho 149, Centro, Florianópolis, às 18h00min, em primeira convocação com o número regulamentar de presentes, e às 18h30min com qualquer número de presentes. ORDEM DO DIA

- 1 - Deliberação sobre as propostas apresentadas pelo corretor, de compra do terreno do Campeche, pertencente ao SINERGIA para prosseguimento do processo de venda;
 - 2 - Deliberação dos requisitos por parte do SINERGIA, para confecção do contrato de compra e venda;
- Florianópolis, 20 de agosto de 2025.

Tiago Bitencourt Vergara
Coordenador Geral do Sinergia

Sinergia participa de encontro da Rede Vida Viva

Entre os dias 10 a 13 de agosto, os sindicatos que participam da Rede Vida Viva se reuniram em Campinas/SP para debater temas urgentes da classe trabalhadora, sob o prisma Vida, Saúde e Trabalho. Além da apresentação para 7 novos sindicatos dos estados de São Paulo e Pernambuco, houve informes da Rede em outros países, bem como o debate sobre quais serão os temas discutidos no Encontro Internacional, a ser realizado no fim deste ano. Além disso, de 14 a 17 de agosto, houve a formação para formadores, com 14 educadores da rede, em Tapiraí/SP.



Diretores confirmam que reestruturação será debatida em Colegiada

Sindicatos cobraram de diretores celesquianos sua posição sobre o projeto de reestruturação da empresa

Diante da repercussão e pressão dos trabalhadores por saber em que estágio se encontra a proposta de mudança da estrutura da Celesc, os sindicatos da Intercel procuraram na semana passada os cinco diretores empregados de carreira da casa para reuniões sobre o tema. A Intercel conseguiu dialogar com os diretores Vítor Lopes Guimarães (DCL), Pilar Sabino da Silva (DRG), Eloi Hoffelder (DGT) e Claudio Varela (DDI). O diretor Pedro Augusto Schmidt de Carvalho Junior (DRJ) estava em férias e por isso não se reuniu com a Intercel.

Em todas as reuniões realizadas, a Intercel agradeceu a disposição de diálogo dos diretores e questionou como surgiu e de onde partiu a proposta de reestruturação e em que estágio ela se encontra hoje. Todos os diretores foram unânimes ao responder que a proposta foi apresentada em reunião de Colegiada, mas que, por ser uma proposta ainda muito embrionária, não tiveram maiores detalhes naquele



momento. Uma das possíveis motivações levantadas pelos diretores foi que a mudança teria como objetivo “modernizar a empresa” e aliviar diretorias que estariam sobrecarregadas, como a DDI. Ainda, foi comentada suposta necessidade de cumprir regras da ANEEL acerca da comercializadora de energia. Nenhum dos diretores respondeu de onde teria partido a proposta de mudança (se do governo ou de dentro da Celesc), apenas informaram que a apresentação foi feita pelo diretor Julio Pungan (DEF).

A Intercel, por sua vez, demonstrou preocupação com a proposta, especialmente no **momento político atual, às vésperas de ano eleitoral**. Além disso, aproveitou a oportunidade para expor os riscos de privatização da Celesc Geração, terceirização do atendimento comercial e de outras atividades, bem como a precarização dos serviços - já que determinadas diretorias passariam a comandar áreas sem nenhuma



relação com suas funções.

Todos os diretores-trabalhadores foram alertados que a expectativa da categoria é que eles **sigam defendendo a Celesc Pública e que estejam atentos** a qualquer ameaça que possa trazer riscos ao caráter público da companhia.

Ainda nas falas dos diretores, a Intercel foi informada que novas reuniões serão realizadas para debater a possível reestruturação e que há possibilidade de mudanças naquele organograma que chegou até os sindicatos como denúncia anônima e que foi apresentado à categoria na edição 1660 do jornal Linha Viva.

A Intercel permanece dialogando com a categoria e com o Parlamento catarinense sobre a proposta e seguirá atenta aos próximos movimentos que possam trazer risco à manutenção da Celesc enquanto empresa pública.

Fique atento(a) aos informativos da Intercel através das redes sociais, concentrações, boletins e o jornal Linha Viva.



17ª Plenária da CUT-SC debate desafios do mundo do trabalho

Evento foi realizado nos dias 15 e 16 de agosto em Florianópolis

Com informações de Pricila Baade/CUT-SC



A 17ª Plenária Estadual da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de Santa Catarina reuniu 250 trabalhadores e trabalhadoras de todas as regiões do estado na última semana. Foram dois dias de debates e construção de estratégias de luta frente às mudanças no mundo do trabalho.

A abertura, no dia 15, foi marcada por uma mística emocionante que reafirmou a luta pela liberdade de Sônia Maria de Jesus. Logo após, dirigentes sindicais, lideranças políticas, representantes de movimentos sociais e entidades parceiras da CUT reforçaram a importância do encontro.

Entre os oradores, o representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Rodrigo Timm; o deputado estadual Fabiano da Luz; Ideli Salvatti, ex-senadora e representante do Instituto Humaniza SC; e Crystiane Peres, supervisora do Escritório do DIEESE em Santa Catarina. Representando a CUT Nacional, participaram Rosane Bertotti, secretária de Formação; Juvandia Moreira, vice-presidenta; Valeir Ertle, secretário de Assuntos Jurídicos; e Renê Munaro, diretor.

A presidenta da CUT-SC, Anna Julia Rodrigues, destacou que o tema central da plenária, “Novos tempos, novos desafios”, está diretamente ligado ao momento político e econômico do país, mas reforçou que este também é um espaço para manter viva a campanha por #SôniaLivre. Ela lembrou que a construção do evento passou por plenárias realizadas nas seis regionais, garantindo que a base fosse ouvida.

A manhã seguiu com a mesa de análise de conjuntura, que reuniu a vice-presidenta da CUT Nacional, Juvandia Moreira; a diretora técnica do DIEESE, Adriana Marcolino; e o coordenador geral do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense da UFSC, Lauro Mattei.

No período da tarde, os participantes se dividiram em grupos para debater a estratégia e o plano de lutas nacional, com possibilidade de apresentar emendas ao texto-base que será levado à plenária nacional da CUT.

A manhã do dia 16 começou com a participação do jornalista Leandro Demori, que trouxe uma análise sobre os desafios da comunicação para movimentos sociais em um cenário de concentração de poder das big techs. Ele ressaltou que plataformas como Twitter, Meta e Google se transformaram em verdadeiras indústrias globais, maiores que o petróleo ou a indústria automobilística, cujo objetivo central não é o lucro imediato, mas o controle do fluxo de informações em escala mundial.

Demori alertou que, dentro dessas plataformas, a entrega de conteúdos é manipulada por interesses econômicos, beneficiando empresas que podem pagar para ampliar o alcance de suas mensagens, enquanto organizações popula-

res e movimentos sociais encontram barreiras para chegar até mesmo a seus próprios seguidores. Ele lembrou os riscos da dependência tecnológica, questionando quem garante a segurança de dados estratégicos da Justiça brasileira ou de empresas públicas.

A seguir, delegados e delegadas aprovaram emendas ao plano de lutas e à estratégia estadual e nacional da CUT, com destaque para o fortalecimento da formação política, a organização da base e o financiamento sindical.

Um dos momentos marcantes foi a aprovação das mudanças estatutárias que criaram as Secretarias de Economia Solidária e LGBTQIA+. A conquista foi celebrada com um ato simbólico de grande emoção, em que bandeiras e lenços coloriram o plenário em defesa da diversidade e dos direitos humanos. As secretarias terão sua primeira eleição de dirigentes no próximo congresso.

A plenária também aprovou alterações na Direção Estadual da CUT-SC. Encerrando os trabalhos, foi apresentada e eleita por aclamação a delegação catarinense que representará a CUT-SC na Plenária Nacional da CUT, construída de forma unitária entre as diferentes forças políticas do estado.

Entre as moções aprovadas, a de apoio à reestatização da Eletrobras e a de repúdio à proposta de reestruturação da Celesc.

Com essa jornada de debates, decisões e conquistas, a 17ª Plenária Estadual da CUT-SC reafirma sua força e compromisso com a organização, resistência e luta da classe trabalhadora catarinense e brasileira.

Dia do patrimônio cultural e a defesa da antiga rodoviária de Florianópolis

Por que não permitir que um prédio com tantas histórias vire pó



Arte: Adriana Schmidt

Na esquina das avenidas Mauro Ramos e Hercílio Luz, no centro de Florianópolis, está um edifício que já foi o lugar onde muitas pessoas pisaram pela primeira vez na capital: a antiga rodoviária. Projetada no final dos anos 1950, inicialmente como Mercado Municipal, foi rapidamente adaptada para se tornar a primeira rodoviária da capital. Durante mais de duas décadas, foi o ponto de chegada e partida de sonhos, despedidas, reencontros e memórias de quem transitava pela cidade.

Um local tão histórico com sério risco de desaparecer. Um dos interessados nisso, a prefeitura da capital, defende a demolição devido à “danos estruturais”, argumento este já desmentido pela Defesa Civil em um laudo de 2023, e pelo Corpo de Bombeiros neste ano. Outra motivação para a destruição do prédio seria o abandono, que culmina na ocupação de moradores de rua e supostos usuários de drogas no local. O abandono, porém, acontece pelo desinteresse político de transformá-lo, por exemplo, em um equipamento público multifuncional. A antiga rodoviária poderia se tornar palco de cultura, lazer, comércio e serviços, devolvendo ao centro da capital um espaço de pertencimento.

Mas, acima de tudo, deveria ser preservado por ser um patrimônio público. O edifício é um exemplo raro da arquitetura moderna dos anos 1950 em Santa Catarina, que introduziu na cidade soluções construtivas pioneiras para a época: como o uso de arcos e abóbadas em concreto armado externamente com vigas internas de madeira colada para vencer os grandes vãos livres, o que permitia amplos espaços internos sem interrupções estruturais, ideais para atividades comerciais e, posteriormente, para circulação de ônibus. conciliava conforto térmico e ventilação natural, reforçando a concepção funcionalista da arquitetura moderna.

A mobilização popular contra a demolição já começou: manifestações, oficinas de projeto e até um abraço

coletivo reuniram cidadãos em torno da defesa da rodoviária. Professores da UFSC, entidades culturais e até mesmo o Instituto de Arquitetos do Brasil se uniu à luta pela importância de preservá-la. O Instituto enviou um ofício solicitando a revisão do processo de demolição à Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Santa Catarina – IPHAN/SC.

No domingo (17) foi comemorado o Dia do Patrimônio Cultural, homenagem a Rodrigo Melo Franco de Andrade, advogado, escritor e jornalista que criou e consolidou em 1937 o SPHAN (atual IPHAN), órgão responsável pela proteção, fiscalização e promoção dos patrimônios culturais públicos.

Demolir a antiga rodoviária é um atentado contra a memória urbana e um desrespeito à cidadania. Florianópolis precisa escolher: será uma cidade que apaga suas marcas para ceder ao lucro imediato, ou uma cidade que valoriza sua história e o direito à memória para impulsionar um futuro mais igualitário, dinâmico em termos culturais e alinhado ao desenvolvimento urbano da cidade?

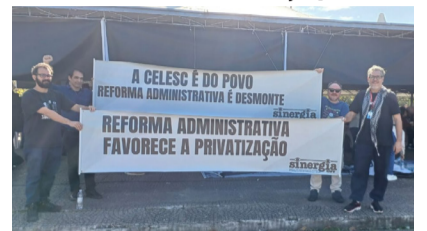
Acesse o Ofício do Instituto de Arquitetos do Brasil no QR code abaixo e participe da luta pela preservação da memória da ilha:



FIQUE POR DENTRO DAS NOVIDADES

GT da Reforma não ouviu trabalhadores do serviço público

Lideranças do Fórum Catarinense em Defesa do Serviço Público realizaram ato público contra a reforma administrativa que reuniu cerca de 3



mil pessoas em Florianópolis. O ato ocorreu em 14 de agosto, junto com protesto de profissionais da educação pelo fim da violência contra professores. Ainda que o deputado federal Pedro Paulo (PSD/RJ) não tenha divulgado o relatório e as propostas do GT da Câmara dos Deputados sobre a chamada “reforma” administrativa, as categorias do serviço público em Santa Catarina foram às ruas denunciar que não foram ouvidas no processo. A expectativa das lideranças do Fórum é de que as propostas do GT sirvam apenas para cortar investimentos nos serviços públicos, o que pode promover o fechamento de creches, escolas, hospitais e postos de saúde em todo o Brasil. É por isso que as mais de 30 entidades que fazem parte do Fórum estão na campanha “SE VOTAR, NÃO VOLTA!” Representantes da Intercel e da Intersul participaram do ato.

Relações Sindicais da CGT Eletrosul

No dia 15 de agosto, a Intersul esteve reunida com a Assessoria de Relações Sindicais da Eletrobras, Rodrigo Lira, e a nova Assessora de Relações Sindicais da CGT Eletrosul Lilliane Nunes, que foi apresentada para a intersindical após recente contratação. Na ocasião, foi tratado que Lilliane poderá ajudar em muitas demandas na CGT Eletrosul, tendo sido cumprimentada e bem recebida pela Intersul.

Relações Sindicais da CGT Eletrosul II

Na reunião do dia 15 de agosto, ainda, a Intersul fez menção à carta encaminhada para a empresa que pedia a extensão do benefício de Condução de Veículo, conquistado por outras subsidiárias, para as pessoas que trabalham na CGT Eletrosul, uma vez que somente na nossa empresa não havia este benefício. A Intersul aguarda decisão da empresa a respeito deste pleito.

Celesc abre visitação à Usina Piraí

Nesse sábado, dia 23, das 9h às 16h, a Usina Piraí, em Joinville, estará aberta para visitação. Primeira hidrelétrica inaugurada no estado, no ano de 1909, está em operação até hoje. A principal atração será a visitação na estrutura histórica, mas o evento contará com diversas atividades, incluindo apresentações culturais, ações de cidadania, exposições de arte e artesanato local.

